



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,  
Luiz Inácio Lula da Silva, à revista Tecnologia & Defesa  
Publicada em abril de 2009, na edição nº 117**

**Jornalista:** Neste começo de século, num mundo globalizado e cada vez mais interligado sob muitos aspectos, notadamente o econômico, onde a presença de uma única superpotência militar é clara e incontestável, como o senhor vê o papel das Forças Armadas de um país como o Brasil?

**Presidente:** O Brasil sempre será um país pacífico. É da nossa tradição e estamos convictos de que essa é a melhor forma de conviver com nossos vizinhos e os demais povos do mundo. No entanto, para que sejamos sempre respeitados nesse mundo globalizado, precisamos estar preparados para impor respeito sempre que for necessário nos defender de eventuais agressões ou ameaças. A soberania de um país depende muito da capacidade de atuação das suas Forças Armadas. Por isso, temos feito um grande esforço para modernizá-las e deixá-las à altura do papel que nós queremos para o Brasil no mundo.

**Jornalista:** Um dos acontecimentos que eram mais aguardados pelo setor deu-se no final de 2008, com a apresentação ao País da Estratégia Nacional de Defesa, um documento de complexa elaboração e que baliza os rumos a serem seguidos neste campo. Foi um trabalho que envolveu diversos setores do governo, bem como as três Forças. O senhor poderia explicar qual foi a participação direta da Presidência da República na sua confecção? A partir de agora, a Defesa passa a ser uma política de Estado e não de governo?

**Presidente:** A Estratégia Nacional de Defesa estabelece metas de médio e de longo prazo, que resultarão em uma profunda reestruturação do setor. São



medidas destinadas a atravessar vários governos, por isso é importante que sejam vistas como política de Estado, mais que uma política de governo. Na elaboração, demos aos ministros Nelson Jobim, da Defesa, e Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a liberdade de se articularem com todas as forças políticas possíveis, para que as medidas da Estratégia fossem resultado de um consenso da sociedade. Além disso, fizemos questão de que o documento final fosse aprovado pelo Conselho de Defesa Nacional, que, inclusive, tem representação do Congresso Nacional. Sempre que a gente constrói coisas novas e complexas é bom ouvir todos os envolvidos, porque a chance de errar é muito menor. Ao compartilhar responsabilidades pela construção do futuro, deixamos uma herança mais efetiva e consistente.

**Jornalista:** Um dos pontos que mais têm chamado a atenção na Estratégia Nacional de Defesa é a falta de indicação das fontes de financiamento para o cumprimento dos prazos previstos para a sua implementação, assegurando a sua credibilidade. A isso junta-se um momento de crise financeira internacional, a falta de orçamentos de caráter impositivo para a área da Defesa e os constantes contingenciamentos, inclusive de outras verbas extraorçamentárias destinadas, por leis, às Forças Armadas. Como o Governo Federal pretende administrar esse difícil conjunto de fatores?

**Presidente:** Como eu disse, a Estratégia é um trabalho de médio e longo prazos, não é uma simples lista de compras. Ela comporta uma revisão das políticas de defesa, de ciência e tecnologia, cria estímulos para a indústria nacional de defesa, traz uma revisão do ensino militar, enfim, representa uma profunda mudança cultural no setor. E onde houver necessidade de aumento de recursos, faremos a alocação de acordo com as possibilidades. Temos que ver que as medidas da Estratégia estão acopladas à política de desenvolvimento econômico. Quando nós cobramos a transferência de



tecnologia nas compras militares, nós estamos levando também essa tecnologia para a indústria civil. E quando incentivamos nossas indústrias de defesa a se consolidar, nós estamos fortalecendo o sistema exportador.

**Jornalista:** No Brasil, a indústria de materiais de defesa e segurança tem sido tratada, muitas vezes, como algo “politicamente incorreto”, esquecendo-se de sua importância enquanto geradora de empregos de alta qualificação, divisas e, principalmente, independência e tecnologia de ponta com característica dual, além do que ela já representou na pauta das exportações brasileiras num passado recente. Como o senhor vê este importante segmento produtivo nacional?

**Presidente:** A defesa é essencial para garantir a soberania do Brasil e requer uma base industrial que garanta os meios para assegurar o exercício dessa soberania. O Brasil é um país pacífico, não temos disputas com nossos vizinhos. Pelo contrário, estamos cada vez mais mergulhados num processo de integração econômica e de infraestrutura. Por isso fiz questão que o ministro Nelson Jobim visitasse todos os países da América do Sul para falar da Estratégia e, principalmente, falar da criação do Conselho de Defesa Sul-americano. E, veja, nós queremos que o desenvolvimento da indústria não seja só no Brasil. Nós queremos que ela cresça em conjunto com as indústrias dos nossos vizinhos. Se nós fizermos um trabalho coordenado, podemos dar muito mais competitividade a toda a região nessa área da defesa.

**Jornalista:** Por ser um setor diferenciado, que exige altos investimentos, prazos de maturação maiores e ter, ainda, uma escala de produção diferente, a indústria de materiais de defesa e segurança precisa de tratamento diferenciado, mesmo porque ela é um dos pilares da Estratégia Nacional de Defesa. Dessa forma, o que o empresariado nacional pode esperar, e em



quanto tempo, em termos de medidas concretas, principalmente aquelas que, ao menos permitam que concorram em condições de igualdade com as estrangeiras?

**Presidente:** O Ministério da Defesa está estudando uma legislação específica para a indústria nacional, vamos ter que esperar um pouco. Mas há dois caminhos principais que devem ser apontados e discutidos com o Congresso e com os meios empresariais: a criação de uma política tributária especial e a mudança da lei das licitações, para usar as políticas de compras governamentais como instrumento de desenvolvimento das empresas. Em muitos casos, se tiver garantia de encomenda, a indústria tem como se modernizar, buscar parceria no exterior, e em pouco tempo poderá oferecer produtos melhores e até mais baratos que os dos concorrentes estrangeiros.

**Jornalista:** Muito se fala de ameaças à soberania brasileira na Amazônia; umas, desprovidas de qualquer senso, outras, no entanto, bem palpáveis. Também se sabe que só aumento da presença das Forças Armadas na região, embora altamente necessária, é insuficiente para afastar qualquer probabilidade naquele sentido. Neste contexto, o programa Calha Norte, que teve a sua abrangência territorial aumentada, inclusive, no governo do senhor, e que sempre foi equivocadamente classificado como um “programa militar” pode vir a ser a resposta. O que, então, está sendo feito para a sua implementação e com qual prioridade?

**Presidente:** A Amazônia é uma região prioritária para o Brasil, por isso estamos implantando o Plano Amazônia Sustentável, que prevê medidas para o desenvolvimento sustentável de toda a região. Mas o Calha Norte já tinha essa preocupação desde a sua origem, em 1986, e intensificou esse foco nos últimos anos. Até 2007, a estimativa é de que foram aplicados no programa



quase R\$ 1 bilhão (US\$ 413.004.666,15) na construção de hospitais, quartéis, estradas, escolas, sistemas de abastecimentos de água, portos, pontes, e quase 30 aeroportos. A área de atuação abrange 32% do território nacional e 8 milhões de pessoas, incluindo 30% da população indígena do Brasil, o que mostra a importância do programa. Ao todo, são 194 municípios, sendo 95 na faixa de fronteira, em 6 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), ocupando uma faixa fronteiriça com 10.938 quilômetros de extensão. A ideia é que o Calha Norte se integre cada vez mais com as políticas de governo estabelecidas para a região.

**Jornalista:** As relações do Brasil com seus vizinhos na América do Sul têm sido, tradicionalmente já, excelentes. Contudo, nos últimos anos alguns problemas surgiram e que afetam interesses econômicos (e mesmo sociais) do País. Como o senhor pretende buscar soluções para essas diferenças? A sua orientação para o Itamaraty vai sofrer algum tipo de alteração?

**Presidente:** A orientação para a diplomacia brasileira sempre foi clara e continuará a mesma. O Brasil vai buscar cada vez mais a integração com os nossos vizinhos. Não interessa a nenhum país se desenvolver cercado de problemas. O progresso tem que ser um benefício para toda a região, por isso nós temos estimulado nossos empresários e nossos ministros a buscarem as oportunidades de integração com os outros países da América do Sul, de forma que todos sejam beneficiados com o desenvolvimento econômico e social. Como maior economia da região, é evidente que temos responsabilidade maior na construção das condições políticas necessárias para o desenvolvimento integrado e equilibrado da região.

**Jornalista:** Com uma frequência cada vez maior, tropas brasileiras têm sido chamadas a integrar Forças de Paz no âmbito de operações sob a égide das



Nações Unidas. Isso, evidentemente, projeta o País no cenário geopolítico mundial, trazendo uma carga maior de responsabilidade, a qual tem sido bem correspondida. Como o senhor interpreta este, digamos, sucesso?

**Presidente:** A participação das Forças de Paz do Brasil em missões da ONU é ao mesmo tempo uma colaboração nossa com a comunidade internacional e um reconhecimento da importância do Brasil e do profissionalismo dos nossos militares. O que os nossos homens estão fazendo no Haiti é um trabalho respeitado por todo o mundo. Nós conseguimos reduzir o nível de violência nas áreas sob nosso controle, conquistando a confiança da população, e também estamos empenhados em tornar a vida daquelas pessoas menos penosa. Mas aí é importante também cobrar dos países mais ricos os recursos necessários à reconstrução do Haiti. É preciso reativar a economia, gerando empregos e criando as condições para que eles possam caminhar com as próprias pernas.

(\$31DHKL)